



LEI Nº 1.679, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.

Ementa: Dispõe sobre a regulamentação do uso e distribuição de sacolas plásticas no Município de Ouricuri – PE, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURICURI, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a incentivar a redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

Art. 2º - Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral.

Art. 3º - Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas para a coleta seletiva, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente, que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral e sigam as especificações instituídas na presente Lei.

Parágrafo Primeiro: - Os estabelecimentos deverão incentivar os consumidores a utilizarem sacolas retornáveis, podendo oferecer descontos ou benefícios a quem optar por não utilizar sacolas plásticas.



Parágrafo Segundo: O estabelecimento deve promover campanhas contendo placas informativas, ou frases, para reutilização de CAIXAS descartadas da empresa, tal como: "CONSUMO CONSCIENTE, RECICLE HOJE PRESERVE O FUTURO! NOSSAS CAIXAS VAZIAS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA EMBALAR SUAS COMPRAS", bem como utilizar seus meios de comunicação, sonorização interna e redes sociais para incentivar a preservação ao Meio ambiente.

Parágrafo Terceiro: Os estabelecimentos e aplicativos de delivery, ficam obrigados a realizarem adequações quanto ao teor desta lei.

Art. 4º: Bares e restaurantes, ficam obrigados a destinação de "DOIS LIXEIROS", sendo 01 para destinação de recicláveis na cor **(VERDE)**, 01 para destinação de rejeitos na cor **(CINZA)**.

Art. 5º - Os modelos de sacolas plásticas para coleta seletiva de resíduos sólidos do município deverão seguir as especificações técnicas definidas na presente Lei.

Art. 6º - As sacolas plásticas, objeto desta Lei, deverão ser reutilizadas pelos cidadãos para acondicionamento e disposição dos resíduos para a coleta, conforme segue:

- I - Coleta seletiva de resíduos secos recicláveis: sacola verde;
- II - Coleta de rejeitos: sacola cinza.

Art. 7º - Não poderão ser utilizadas sacolas cinzas para a coleta seletiva de resíduos recicláveis secos, e sacolas verdes para a coleta de rejeito.

Art. 8º - O modelo de sacolas para coleta seletiva de resíduos secos recicláveis deverá:

- I - Ser pigmentado na cor verde-claro, em teor de composição que possibilite a sacola ser translúcida para verificação dos resíduos depositados internamente.



II - Ser fabricado com composição mínima de 51% (cinquenta e um por cento) de matéria-prima proveniente de tecnologias sustentáveis: bioplásticos, de fontes renováveis ou naturais de recomposição e reciclável;

III - Possuir dimensão mínima: 48 x 55 centímetros;

IV - Possuir espessura mínima: 30 micras;

V - Possuir área mínima: 2.640 centímetros quadrados;

VI - Suportar carga a partir de 9,99 kg;

Art. 9º - O modelo de sacolas para coleta de rejeitos deverá:

I - Ser pigmentado na cor cinza clara, em teor de composição que possibilite a sacola ser translúcida para verificação dos resíduos depositados internamente.

II - Ser fabricado com composição mínima de 51% (cinquenta e um por cento) de matéria-prima proveniente de tecnologias sustentáveis: bioplásticos, de fontes renováveis ou naturais de recomposição;

III - Possuir dimensão mínima: 48 x 55 centímetros;

IV - Possuir espessura mínima: 30 micras;

V - Possuir área mínima: 2640 centímetros quadrados;

VI - Suportar carga a partir de 9,99 kg.

Art. 10º - Fica proibida a utilização de materiais oxibiodegradáveis e oxidegradáveis para a fabricação das sacolas.

Art. 11º - Os fabricantes, distribuidores e estabelecimentos comerciais ficam proibidos de inserir em sacolas plásticas para o acondicionamento e transporte de mercadorias a rotulagem degradáveis, assim como as terminologias oxidegradáveis, oxibiodegradáveis, fotodegradáveis e biodegradáveis, e mensagens que indiquem suposta vantagem ecológica de tais produtos.

Art. 12º - As características dos modelos de sacolas plásticas objeto desta Lei deverão atender às exigências ABNT, nos termos da norma NBR 14937:2023.



Parágrafo único: As sacolas plásticas objeto dessa Lei deverão atender os requisitos NBR 14937.2023 no que concerne ao aspecto visual, dimensão, espessura, resistência ao impacto por queda de dardo, resistência dinâmica, resistência a carga estática e resistência à perfuração estática.

Art. 13 - A identidade visual das sacolas deverá seguir a seguinte diagramação:

I - Frente e laterais: atender o item 7 da norma ABNT, NBR 14937:2010, de marcação e identificação, e conteúdos comerciais definidos pelo estabelecimento comercial.

II - Verso do modelo das sacolas : veicular a comunicação sobre a coleta seletiva de resíduos secos recicláveis e não recicláveis do município de Ouricuri – PE.

Art. 14 - O disposto nesta lei não se aplica:

I - às embalagens originais das mercadorias;

II - às embalagens de produtos alimentícios vendidos a granel;

III - às embalagens comercializadas para acondicionamento de resíduos em geral.

Art. 15 - Fica proibida a distribuição de sacolas plásticas para o acondicionamento e transporte de resíduos fora dos padrões estabelecidos na Lei de Coleta Seletiva, nas cores “**VERDE E CINZA**”, ressalvo em ocasiões especiais, de necessidade ou exigência de norma, ou indicação de órgão competente para a gestão de resíduos.

Art. 16 – Os estabelecimentos terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa da Agência Municipal do Meio Ambiente, a contar da publicação desta Lei para adequarem as novas exigências.

Art. 17 - O descumprimento desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, aplicadas pela Agência Municipal de Meio Ambiente de Ouricuri – PE, conforme regulamentada na Lei Municipal Nº 1.445/2019.

I- Advertência, na primeira autuação;

II- Multa de até (Um salário Mínimo), em caso de reincidência;



III- Multa em dobro no caso de nova reincidência.

Art. 18 – Os valores arrecadados com as multas serão destinados a conta específica da Agência Municipal de Meio Ambiente de Ouricuri – PE, com aplicação exclusiva em ações de educação ambiental e gestão de resíduos sólidos.

Art. 19 - O poder executivo regulamentará esta Lei no Prazo de 90 (Noventa) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 20 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.21 – O Poder Executivo deverá realizar campanhas permanentes de conscientização sobre o consumo responsável e descarte correto de resíduos, envolvendo escolas, comércios e associações comunitárias. [Incluído pela Emenda Aditiva nº 001/2025 ao Projeto de Lei nº 029/2025](#)

Parágrafo único: Antes da aplicação das penalidades aludidas no artigo 17, a Agência do Meio Ambiente deverá realizar campanhas educativas e visitas orientadoras junto aos estabelecimentos, concedendo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias após a primeira notificação para adequação voluntária. [Incluído pela Emenda Aditiva nº 001/2025 ao Projeto de Lei nº 029/2025](#)

Gabinete do Prefeito, Ouricuri, 23 de outubro de 2025.

FRANCISCO VICTOR
RAMOS
COELHO:10850752493

Assinado de forma digital por
FRANCISCO VICTOR RAMOS
COELHO:10850752493
Dados: 2025.10.23 16:47:41
-03'00'

FRANCISCO VICTOR RAMOS COELHO
PREFEITO